

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

RELATÓRIO PARCIAL MONITORAMENTO DO PLANO DE INTEGRIDADE 2020/2021

JANEIRO, 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

CARLOS GUEDES DE LACERDA

Reitor

MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA

Pró-Reitora de Ensino

EUNICE PALMEIRA DA SILVA

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

ABEL COELHO DA SILVA NETO

Pró-Reitor de Extensão

HEVERTON LIMA DE ANDRADE

Pró-Reitor de Administração

EDJA LAURINDO DE LIMA

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

UNIDADE DE GESTÃO DA INTEGRIDADE

MARIA FABÍOLA MORAES DA ASSUMPÇÃO SANTOS

Responsável pela Unidade de Gestão da Integridade Portaria n. 1.049/2020/GR/lfal

MARÍLIA CRISTYNE SOUTO GALVÃO BARROS MATSUMOTO

Chefe da Auditoria Interna Resolução n. 19/2019/CS/lfal

COMISSÃO DE GESTÃO DA INTEGRIDADE

Portaria n. 1.233/2020/GR/Ifal

SERVIDOR(A)	SIAPE	SETOR/ÁREA
Adriana Paula Q. Rosa e Silva Oliveira Santos	1223050	Comissão de Ética
Mauro Henrique Neves Sales	1941098	Corregedoria
Nailena Maika da Rocha Vieira	1715236	Pró-Reitoria de Administração
Nise Farias Braga	1116946	Ouvidoria
Wellington Spencer Peixoto	1109445	Assessoria Executiva
Byancheylla Lessa Rocha de Freitas	1673263	Diretoria de Gestão de Pessoas

1. APRESENTAÇÃO

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e traz a integridade como um dos princípios da governança pública, informando que a administração deve adotar medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

A integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Além do Decreto, o presente documento obedece ao disposto na Portaria nº 57/2019/CGU (que alterou a Portaria nº 1.089/2018/CGU), que estabelece os procedimentos para estruturação, execução e monitoramento de programas de integridade em órgãos e entidades do Governo Federal (ministérios, autarquias e fundações públicas).

O Programa de Integridade, cuja finalidade é promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes, desvios éticos e atos de corrupção, deve ser operacionalizado a partir de um Plano de Integridade.

O Plano de Integridade 2020/2021 do Ifal, aprovado pela Portaria n. 2.012, de 28/05/2020, apresenta as informações gerais sobre a instituição; a Unidade responsável pela Gestão da Integridade no órgão; traz, em contínuo, esclarecimentos sobre o processo de levantamento de riscos para a integridade e medidas de tratamento propostas; indica as estratégias de monitoramento e atualização periódica deste Plano. Este Plano corresponde ao detalhamento (O que será feito? Por quem? Como? Quando?) das medidas de tratamento que serão adotadas para os riscos à integridade, bem como das medidas para o fortalecimento das unidades envolvidas com o tema.

Este relatório apresenta as ações realizadas no período de junho a dezembro de 2020, correspondente ao primeiro semestre de execução do Plano de Integridade do Ifal, resultado da atuação da Comissão de Gestão da Integridade, instituída pela Portaria n.º 1.233.

2. MONITORAMENTO

O monitoramento do Plano de Integridade 2020/2021 foi realizado por reuniões bimestrais da Comissão de Gestão da Integridade, com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução das ações planejadas para minimizar os riscos à Integridade diagnosticados.

Durante o período de abrangência deste relatório, além da execução das atividades, os membros da Comissão tiveram a oportunidade de participar de reuniões, cursos e palestras (virtuais) relacionados à Integridade.

Os resultados dos trabalhos estão descritos na tabela a seguir:

Risco	Responsável	Prazo	Situação (até 31/12/2020)
Desvio de conduta profissional	Comissão de Ética	Preventiva: ações educativas por meio de cursos, palestras, encontros, produtos educacionais, entre outros - Maio 2021	Iniciado Preventiva: cumprido parcialmente por meio de outras estratégias como publicação de material on-line, em virtude da pandemia não houve eventos presenciais. Eventos reprogramados para 2021
pronssional	Liid	Corretiva: conforme estabelece as normas da Comissão de Ética Pública	Iniciada análise de Conflito de Interesses, conforme envio de consultas pela DGP Corretiva: Retomada de análises e encaminhamentos de procedimentos PP/PAE.
Alegação dos servidores de desconhecimento dos regramentos éticos, dos deveres éticos ou da prática de condutas consideradas vedadas aos servidores públicos, e, possíveis consequências	Comissão de Ética	Maio/2021	Não Iniciada. Justificativa: Não foi possível realizar ações de formação na modalidade presencialmente em virtude da pandemia, mas foram realizadas ações por meio do site e redes sociais do Ifal. Reprogramado para 2021
Insuficiente participação dos gestores na difusão dos valores éticos estabelecidos no Código de Ética do Servidor Público Federal	Comissão de Ética	Março/2021	Iniciado A primeira participação na reunião do Colégio de Dirigentes foi realizada em 08/09/2020. Foi solicitada nova participação no mês de dezembro/2020, sem condições de inclusão em pauta. Reprogramado para fevereiro ou março/2021
Ausência de material de apoio (cartilhas, cartazes, vídeos) para divulgação da ética no serviço público	Comissão de Ética	Julho/ 2021	Iniciado 1- Criação de logomarca realizada; 2- Elaboração e publicação das Cartilhas: • 1 - Ética Digital; • 2 - Código de Ética do Servidor Público e • 3 - Procedimentos da CE;

			3- Firmada parceria com o Departamento de Comunicação para 2021 4- Criação de Informativo mensal (InfoEthos) para promoção da educação para ética, já publicados número 1 a 7 - Junho a Dezembro/2020); 5 - Atualização do Regimento Interno e publicado por meio da Resolução CE 02/2020; Como a ação é contínua, foi atualizado o prazo para julho/2021 em virtude da criação de vídeos que será outra etapa da educação para ética.
Falta de unificação do canal de recebimento de denúncias	Ouvidoria	Maio 2021	Não iniciado Aguardando definição de canal único de recebimento de denúncias por parte da Comissão de Ética Federal junto à CGU.
Baixa utilização dos dados gerados pela Ouvidoria para aprimoramento da gestão	Ouvidoria	Janeiro 2021	Iniciado Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2019 foi entregue ao Reitor em março/2020, com aprovação em abril de 2020 e publicado na página do Ifal em abril de 2020. A Ouvidora fará o relatório 2020, em abril 2021.
Desconhecimento por parte dos usuários do papel da Ouvidoria e dos canais de atendimento existentes.	Ouvidoria	Dezembro 2020	Iniciado Palestra sobre a Ouvidoria para novos servidores realizada em 04/03/2020. Divulgação nas redes sociais.
Baixa utilização dos dados gerados pelo sistema de informação (e-SIC) ou recebidos nos SICs, para aprimoramento da gestão	Ouvidoria (Autoridade de Monitoramento da LAI)	Janeiro 2021	Iniciado Relatório Anual da Ouvidoria do ano de 2019 foi entregue ao Reitor em março/2020, com aprovação em abril/2020 e publicado na página do Ifal em abril de 2020. A Ouvidora fará o relatório 2020 em junho de 2021.
Pouca divulgação e atualização das informações de	Ouvidoria (Autoridade de Monitoramento da	Dezembro 2020	Concluído Foi criado o menu de "Acesso à Informação" no site do Ifal com o

transparência ativa, conforme Guia de Transparência Ativa para os órgãos entidades do Poder Executivo Federal.	LAI)		cumprimento dos itens constantes no Guia de Transparência Ativa. Foi publicada a Port. 2867, de 21.08.2020, que delega responsabilidade pela atualização dos dados de Transparência Ativa, constantes no "Menu de Acesso à Informação" no site do Ifal. Atualmente, o Ifal cumpre com 100% dos requisitos exigidos pelo monitoramento da CGU. A Ouvidoria continuará acompanhando a atualização dos dados de Transparência Ativa por parte das unidades do Ifal, no site da instituição.
			Concluído
			Emitida a Portaria 2534/2020, que institui o SIC no Ifal.
Ausência de SIC presencial nas unidades do Ifal.	Ouvidoria (Autoridade de Monitoramento da LAI)	Dezembro 2020	As orientações aos SICs físicos serão realizadas no primeiro semestre de 2021. A Ouvidoria compartilhou com os Diretores Gerais dos 16 campi a realização do VII Encontro dos Serviços de Informações aos Cidadãos (SICs) das Instituições Públicas de Ensino Superior e Pesquisa do Brasil, realizado no período de 23 a 25.09.2020, e sugeriu a participação dos responsáveis pelo SIC local.
			A Ouvidoria compartilhou com os Diretores Gerais dos 16 campi e com o Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria a realização da Live - Transparência Ativa: Diretrizes e Boas Práticas, realizada no dia 25/11/2020, sugerindo a participação dos servidores do SIC e de todos da área de comunicação do Ifal.
			Iniciado
Ausência atualização do fluxo de tratamento de casos de nepotismo)	Diretoria de Gestão de Pessoas	Março 2021	Portaria nº 2051/2020 institui o fluxo para tratamento de nepotismo para cargos e funções comissionadas no IFAL.
			Iniciado
Ausência de atualização do fluxo de tratamento de casos de conflito de interesses)	Diretoria de Gestão de Pessoas	Março 2021	Portaria nº 2050/2020 institui o fluxo de tratamento de Conflito de Interesses no IFAL.
Ausência de critérios	Diretoria de	Abril 2021	Não iniciado.
para indicação para ocupação de cargos de	Gestão de Pessoas		Justificativa: Acúmulo de atividades do

detentores de CD e FG (exceto Reitor e Diretores-Gerais - eleitos).			setor. Essa atividade exige uma aprovação por parte da Alta Administração para ser iniciada.
			Iniciado 1- Em 14/07/20 realizamos a apresentação do Programa e do Plano de Integridade ao Colégio de Dirigentes.
			2- Em 10/09/20 publicamos de matéria no site do Ifal para divulgação à comunidade interna e externa.
Desconhecimento do Programa de Integridade pelos servidores do Ifal.	Unidade de Gestão da Integridade	Dezembro 2020	3- Divulgação da campanha do Governo Federal/CGU - Integridade e Plano de Integridade.
			5- Divulgação da campanha do Governo Federal/CGU (Assédio Sexual e Moral.
			6- Apresentação sobre Governança, e divulgação do Programa de Integridade para os membros do Conselho Superior.
			7- Está programado para março de 2021 a realização de um evento virtual para fomentar a Integridade no Ifal.
			Iniciado
			1- De 22 a 26/06 - os membros da comissão participaram do Curso Integridade Pública, promovido pela CGU;
Descumprimento da execução e monitoramento do Plano de Integridade.	Unidade de Gestão de Integridade	Março 2021	2- Capacitação sobre Governança para os membros do Colégio de Dirigentes, em 23/09/20
			3- Foram realizadas as 03 (três) reuniões bimestrais da Comissão para monitorar a execução das atividades previstas no Plano.
Alegação dos	Corregedoria	Dezembro 2020	Concluído
servidores de desconhecimento dos deveres e das possíveis penalidades.	, and the second		Participação do Colégio Dirigentes para apresentação da Corregedoria, abordando a temática sob a ótica

			preventiva.
			2. Realização de ação preventiva com a participação no Programa de Iniciação ao Serviço Público destinado aos servidores ingressantes no Ifal, apresentando a Corregedoria e
			abordando temas relacionados aos deveres e proibições dos servidores;
			3. Participação em reuniões com a gestão dos Campi do Ifal para abordagem das principais atividades da Corregedoria.
			4. Organização do acervo de legislação e jurisprudência relacionados à matéria correcional, com divulgação na página do Ifal, no ambiente destinado à Corregedoria.
			5. Divulgação de cartilha de correição aos servidores do Ifal, elaborada com base na campanha de 'Ética viva e correição da CGU', tendo em vista à orientação acerca do aspecto disciplinar das condutas dos servidores e a disseminação de uma cultura de integridade no âmbito do Ifal.
			6. Participação de reuniões junto ao Conselho Superior do Ifal para apresentar a Corregedoria e expor a necessidade de adequação do Regimento Geral do Ifal no tocante à temática correcional.
Desconhecimento das	Corregedoria	Dezembro 2020	Iniciado
atividades e procedimentos de natureza correcional no âmbito do Ifal			Elaboração e publicação de 'Perguntas e respostas' na página da Corregedoria acerca das atividades correcionais.
			2. Participação de reuniões junto à gestão dos <i>Campi</i> do Ifal, a fim de esclarecer o papel da Corregedoria e suas principais atividades.
			3. Realização de reunião com o Sindicato a fim de socializar o papel da Corregedoria e elencar em linhas gerais a nossa forma de atuação.
			3. Divulgação do Relatório das atividades da Corregedoria referente ao ano de 2019 na página do Ifal, no ambiente da Corregedoria.
			4. Construção da minuta do normativo

			regulando as atividades correcionais, a qual foi encaminhado à Procuradoria Federal junto ao Ifal, que elencou algumas diligências, visando à publicação do documento. 5. Foi publicada a Resolução nº 67/2020, em 07 de dezembro de 2020, que aprovou a alteração dos artigos 167 e 230 do Regimento Geral do Ifal, a pedido da Corregedoria, em atenção às diligências elencadas pela Procuradoria Federal quando da análise da minuta do Normativo elaborado; 6. Elaboração e divulgação de 13 instruções de trabalho abordando as temáticas correcionais.
			Concluído
			Emissão de orientações às Comissões instauradas, elencando modelos e fluxos de documentos inerentes à atividade apuratória;
Insuficiência de servidores capacitados			 Divulgação junto ao banco de servidores da Corregedoria da capacitação em PAD ofertada pela CGU, com adesão e participação de 33 servidores no 1º semestre.
para atuar como membros de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares (PAD).	Corregedoria	Dezembro 2020	3. Realização de parceria com a Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações visando à capacitação do banco de servidores em PAD, com publicação dos cursos ofertados, contando com a participação de 16 servidores no 1º semestre e 11 no 2º semestre.
			 Realização de reunião de integração com os servidores que atuaram em Comissões de apuração para socialização de informações e orientações atinentes às atividades correcionais.
Atendimento das	Assessoria	Dezembro 2020	Iniciado
auditorias externas fora dos prazos	Executiva	(abril 2021)	1- Adotada uma planilha de acompanhamento dos processos recebidos dos órgãos de controle e instâncias de governança interna e externa;
			2- Elaboração de minuta do Fluxograma - aguardando aprovação do Assessor e depois da alta administração.

			Em virtude do afastamento do Reitor a partir de novembro por motivos de saúde, o Assessor Executivo assumiu as funções de Reitor, portanto não foi possível concluir esta atividade e será reprogramada para concluir até abril/2021.
Baixo monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria.	Assessoria Executiva	Dezembro 2020	Concluído Adoção do sistema e-Aud para acompanhamento dos relatórios e recomendações emitidas. Para 2021, iremos aprimorar o fluxo interno para acompanhamento da execução destas recomendações.
Não realização de auditorias baseadas em riscos.	Assessoria Executiva (Controle Interno e AUDINT)	Abril de 2021	Concluído 1- Recomposição dos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) do Ifal – Portaria n. 2.034, de 29/05/2020; 2- Capacitação dos Gestores (Membros do CODIR) sobre Gestão de Riscos e Controles Interno, em setembro. 3- Aprovação do mapa de riscos (Dez/20) Mesmo sem o mapa de riscos, a AUDINT já elabora o PAINT baseados nos riscos institucionais, levantados por meio de questionários junto às áreas de gestão.
Situações de Agregação de funções	Assessoria Executiva	Abril 2021	Não Iniciado. Justificativa: devido ao acúmulo de atividades do setor, e necessidade de prioridade das atividades finalísticas, devido da pandemia, não foi possível realizar o diagnóstico e revisar as competências e estrutura administrativa.
Falta de efetividade na gestão de riscos nos processos de compras e licitações	Pró-Reitoria de Administração	Abril 2021	Iniciado. Devido à IN 40/2020, a partir de 01/07/2020 passou a ser obrigatória a elaboração de Estudos Técnicos

			Preliminares (ETP) e Mapas de Riscos para os processos de aquisição de materiais. Passará a ser obrigatório, a partir de 01/08/2020, o ETP digital por meio do Comprasnet. O Depto. de Compras divulgou essa informação para os campi e coletou os dados dos cadastradores que serão responsáveis pelo ETP digital nas unidades e na Reitoria. Houve construção de divulgação dos fluxogramas mais urgentes via e-mail institucional. A publicação da página será realizada quando o Departamento de Comunicação e Eventos incluir link específico na página da Administração). Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os fluxos e detalhamentos de rotinas.
Aquisições e contratações não previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e/ou no Plano Anual de Contratações (PAC)	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado. Nas aquisições do Calendário de Compras Comuns os gerenciadores foram orientados a solicitar declaração dos participantes sobre a previsão da demanda no PAC. Nos fluxos de Compras da Reitoria foi inserida a etapa de verificação da previsão das demandas no PAC. No Documento de Formalização da Demanda (DFD) o solicitante já indica se a demanda está prevista no PDI. No Estudo Técnico Preliminar de Tecnologia da Informação e Comunicação (padrão IN 01/2019) a DTI informa a previsão no PDI, no PDTIC e no PAC. (31/07)
			Com a divulgação do novo Manual de Compras todos os processos, passarão pela análise da Diretoria de Tec. da Informação ou da Diretoria de Suprimentos para verificação de previsão no PDTIC ou PAC. Os relatório do PAC 2020 estão divulgados na página da Administração. O PDI e o PDTIC estão divulgados no site do Ifal. (30/09)
Abuso de posição ou poder para favorecimento de interesses privados nas contratações/ aquisições	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Não Iniciada Considerando as demandas do Ifal como um todo, devido às dificuldades e urgências impostas pela pandemia, não foi possível iniciar ações mitigadoras deste risco, tendo em vista que tais ações exigem a participação de

			diferentes setores para elaboração de diretrizes contundentes.
Ocorrência de Nepotismo/conflito de interesses nas contratações/ aquisições	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Elaboração de um Plano de Ação onde consta a realização de 02 treinamentos para instruir servidores sobre a correta autuação de processos eletrônicos de licitações no SIPAC (essa ação foi iniciada em outubro/2020 com previsão de término em novembro/2020).
			Iniciado.
Pouca transparência nos processos de compras, licitações e contratações	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Emissão da Portaria nº 885, dispondo sobre implantação do Processo Eletrônico Nacional (Pen). Em março todos os processos administrativos passaram a ser gerados e tramitados eletronicamente, e podem ser acessados pelos cidadãos através do Sipac. Foram emitidas pela Proad as Instruções Normativas nºs 02 e 03, normatizando procedimentos. Foi criado espaço específico sobre o Pen no site do Ifal. Os campi foram orientados sobre a publicação da licitações, dispensas e inexigibilidades de 2020, que será executada pelo Depto. de Compras, no site do. órgão. Os contratos também estão sendo disponibilizados integralmente no site.
			Foi criado um Plano de Ação apontando a necessidade de atualização do portal público do Sipac. Esta atualização já está disponível e sendo testada pela Coord. de Protocolo. Ela permite a visualização do interior teor dos processos licitatórios e de execução contratual. Estão planejados novos treinamentos referentes às atualização. Esse plano teve suas ações iniciadas em setembro/2020, com previsão de término em Fevereiro/2021.
Contratações diretas imprevistas	Pró-Reitoria de Administração	Dezembro 2020	Iniciado Criação dos fluxos dos processos de Compras (incluindo Dispensa e Inexigibilidade), com divulgação aos campi (DA's e setores de Suprimentos).
			Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os

Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Após a criação dos fluxos de compras/contratações, o Departamento de Compras começou a elaboração dos manuais que detalham os fluxos. (31/07) Um Manual de Compras atualizado está sendo finalizado, contendo todos os fluxos e detalhamentos de rotinas.
Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Em trabalho conjunto com a Auditoria Interna, iniciou-se o acompanhamento do Sistema ALICE da CGU, através do qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.
Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Divulgação no site do Ifal dos Formulário de Resumo da Pesquisa de Preços. Em trabalho conjunto com a Auditoria Interna, iniciou-se o acompanhamento do Sistema ALICE da CGU, através do qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.
Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Divulgação no site do Ifal dos modelos de Editais da AGU.
Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Iniciado Envio de memorandos com orientações, modelos de checklists. Realização de treinamentos baseados nas recomendações da CGU/AL. Em trabalho conjunto com a Auditoria
	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Administração	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Administração Contínuo Pró-Reitoria de Administração Contínuo Contínuo Contínuo

			qual pode-se detectar alertas emitidos pelo órgão de controle antes da finalização do processo licitatório, permitindo que o instituto analise inconsistências e realize os ajustes necessários.
Contratações com valor	D / D //		Iniciado
superestimado e/ou direcionadas.	Pró-Reitoria de Administração	Contínuo	Divulgação no site do Ifal dos Formulário de Resumo da Pesquisa de Preços.
Descumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional	PRDI/ Diretoria de Planejamento Institucional	Dezembro 2020	Concluído No primeiro trimestre de 2020 foram estabelecidas as iniciativas para o
			atingimento dos 13 objetivos estratégicos do PDI, bem como registradas as metas para os indicadores. Conforme consta na Ferramenta Geplanes.
			No início do segundo semestre de 2020 foi solicitada, e procedida pelas áreas sistêmicas e campi, a revisão das iniciativas e metas, em virtude dos efeitos da pandemia. Registrado na ferramenta Geplanes e no PAA (Plano Anual de Atividades 2020).
			No tocante aos resultados para os atuais 58 indicadores, serão registrados ao final do ano civil, durante o mês de janeiro de 2021.
			Está prevista revisão anual do PDI vigente, e em caso de necessidade serão produzidos os documentos necessários. Em 2020 foram reavaliados os objetivos estratégicos, indicadores e metas. Foi elaborada uma nova proposta, com a participação de uma Empresa de Consultoria e as áreas sistêmicas, sendo encaminhada em 22 de dezembro de 2020 à Secretaria dos Colegiados, para apreciação pelo Conselho Superior do Ifal.
			Tão logo a proposta seja analisada/aprovada, será dado início ao Planejamento do ano 2021.

			O acompanhamento das metas previstas para os indicadores prevê possibilidade de sua revisão no encerramento do primeiro semestre, e apuração dos resultados ao final do ano civil. Para 2021 está prevista a incorporação da metodologia de projetos estratégicos, que se acompanhará através de relatórios trimestrais das áreas responsáveis.
Inobservância aos requisitos legais relativos a qualidade, sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho nas fiscalizações de obras e serviços de engenharia.	PRDI/Diretoria de Infraestrutura e Expansão	Dezembro 2020	Consolidada a construção do Procedimento Operacional Padrão – POP para a atividade de Fiscalização de Contrato de Obra, sob a responsabilidade da Coordenação de Obras da Diretoria de Infraestrutura e Expansão-PRDI. Esta POP contempla recomendações para a observância dos normativos relativos à qualidade, sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho na obra, bem como o acompanhamento efetivo dos documentos já exigidos em contrato para as referidas áreas. Outros Procedimentos auxiliares foram elaborados.

Tabela 1. Ações realizadas para o tratamento dos riscos à integridade do Ifal.

3. CONCLUSÃO

Verifica-se que o Plano de Integridade do Ifal materializou um importante instrumento para alavancar a visibilidade das unidades que tratam diretamente desse tema na Instituição. No geral constatou-se que praticamente todas as ações previstas para serem avaliadas no ciclo de monitoramento referente ao período de junho a dezembro de 2020 estão em andamento. As ações que não foram iniciadas ou estão atrasadas para conclusão dentro dos prazos previstos, foram devidamente justificadas, em função da dificuldade operacional de lotação de pessoal. e terão prioridade para execução no primeiro semestre de 2021.

A seguir apresentamos alguns gráficos que apresentam os resultados aferidos neste relatório:

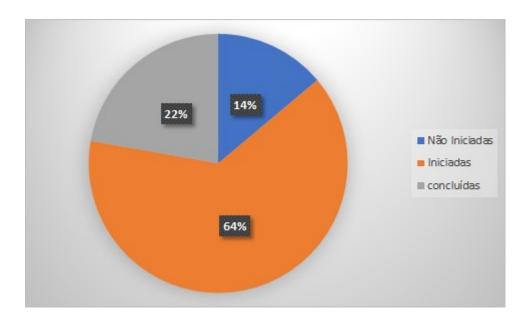


Gráfico 1. Percentual de ações por situação.

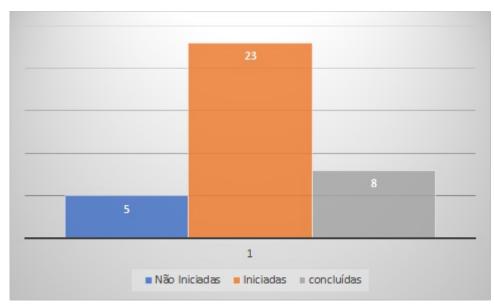


Gráfico 2. Quantidade de ações por situação.

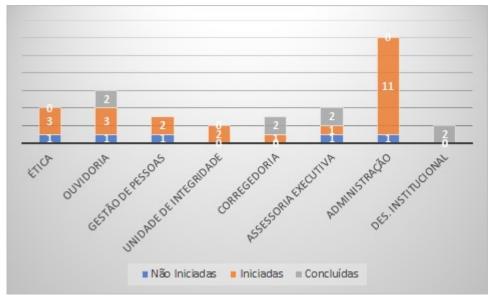


Gráfico 3. Quantidade por situação das ações por área.

Ressaltamos que todas as informações sobre as atividades da Gestão da Integridade estão disponíveis na página oficial do Ifal (https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-de-integridade).

É o que temos a relatar.

Maceió, 06 de janeiro de 2021.

MARIA FABÍOLA MORAES DA ASSUMPÇÃO SANTOS

Responsável pela Unidade de Gestão da Integridade Portaria n. 1.049/2020/GR/Ifal